

O Centro Estudantal Cearense

BRÁULIO RAMALHO (*)

No início da década de 30, os alunos do Liceu do Ceará congregavam-se em torno do Clube Liceal de Estudos, que editava a revista "A Idéia", quase sempre em circulação ao ensejo das comemorações de aniversário do estabelecimento.

Militantes do centro Liceal concluíram, após reuniões e debates, ser necessária a criação de uma entidade estudantil de objetivos mais amplos que – ao invés dos grêmios até então existentes, de finalidades meramente literárias – reunisse a totalidade da categoria e que chamasse a si a realização de empreendimentos maiores que a de revelar a vocação beletrista e a de rememorar uma ou outra data cívica. Imbuídos desta visão e aliados a estudantes de outros colégios, fundam o Centro Estudantal Cearense (CEC)¹.

Alguns anos depois o orador oficial do Centro, em discurso pronunciado no Teatro José de Alencar, pela passagem do dia do estudante, iria asseverar que o CEC

"Teve como objetivo essencial congregar num só bloco a classe estudantina do Ceará, então empenhada nas pequenas pugnas tradicionais entre colégios ou abrasando-se no entusiasmo estéril dos grêmios literários, alheada inteiramente do espírito ativo e combativo deste século." (Cavalcante, 1939:9)

Notificando a fundação da entidade, o periódico Gazeta de Notícias (1º/09/1931:2) registrou:

(*) O autor é advogado e Professor da Universidade Estadual do Ceará. Este estudo faz parte de sua Tese de Mestrado em Educação pela UFC: "As Lutas Políticas dos Universitários Cearenses (1964-1968)."

¹ Alguns fundadores: José Jacaúna de Sousa, José Colombo de Sousa, Humberto Hugo de Alencar, Germano Holanda, Edgar Carvalho, Marcos Botelho, Francisco Vasconcelos de Arruda, Yáco Fernandes, Mozart Reis, Tancredo Halley de Alcântara, Aurélio Mota, Luíza do Carmo Rocha, Maria de Lourdes Moraes e Aracy Aguiar, entre outros.

“Propugnar pelos interesses estudantis, aproximando-os e zelar pelos princípios básicos da liberdade – ideal de uma mocidade ativa – é esse o programa do Centro.”

Curioso é que, na mesma nota, o jornal ressalta que o CEC tem como presidente Humberto Alencar, Germano Holanda como orador e Mozart Ribeiro como secretário. Causa espécie o fato de, no mesmo dia, outro jornal insistir na mesma asserção (*O Povo* 1º/09/31:8)². A surpresa se justifica, considerando-se que Germano Holanda e Cândido Couto, dois centristas de primeira hora, além de Antônio Girão Barroso, assegurarem que o primeiro presidente do CEC foi José Jacaúna de Souza³. Corroboram com assertiva Raimundo Girão e Antônio Martins Filho ao afirmarem que, da data de fundação do CEC (11 de agosto) a outubro de 1931, foi seu presidente José Jacaúna de Souza (Girão, 1939:9). Arruda (1989:40) registra a mesma assertiva. Da análise destes depoimentos, infere-se que José Jacaúna de Souza foi o primeiro presidente do CEC. A raiz do engano dos dois periódicos talvez se encontre no fato de Humberto Hugo de Alencar liderar uma entidade denominada Fraternidade Estudantil que congregava estudantes ligados ao Educandário Cearense, dirigido por Moacir Caminha⁴.

Ressalte-se que a criação do CEC não foi tranqüila e pacífica. Nasceu “entre a hostilidade de uns e o ceticismo de quase todos”

² A única discrepância é que “*O Povo*” grafa corretamente o nome do “secretário” da entidade: Mozart Reis (o nome completo é Mozart Ribeiro Reis).

³ Em entrevista concedida ao autor pelos três ex-centristas. Registre-se que Germano Holanda, segundo os periódicos citados, teria sido o primeiro orador da diretoria encabeçada por Humberto Alencar, fato contestado pelo próprio.

⁴ Segundo Antônio Girão Barroso em depoimento escrito datado de 26.88.88.

Ainda segundo Girão, “a Fraternidade Estudantil, que de vez em quando saía em passeatas, até certo ponto de coloração política (esquerdista), teve uma revista de nome “Mocidade”, à frente dela o próprio Humberto Alencar. Era uma revista bastante diversificada”. Como que a fazer coro com Girão e a demonstrar o acerto de sua afirmativa, o citado jornal *Gazeta de Notícias*, na edição de 10.09.31, registra que como órgão representativo do pensamento dos que fazem parte da nova sociedade, circulará amanhã, no seu primeiro número – ‘Mocidade’. Será uma revista dirigida por Humberto Alencar e redatorizada por Yáco Fernandes, tendo colaboradores diversos”. Temos a acrescentar que a revista “Mocidade” nunca foi publicada pelo CEC.

(Girão, 1939:390). Os diretores de colégios viam nessa organização um modelo passível de minar o princípio da autoridade. Em decorrência, dificultavam o acesso de membros do Centro aos seus estabelecimentos e proibiam reuniões centristas. A única instituição a abrir suas portas para o CEC foi o Educandário Cearense. Nele o Centro realizou sessões e passou a funcionar nos primeiros tempos. O diretor do Educandário, Moacir Caminha, constituía figura polêmica e invulgar. Em seu colégio, quitando-se as mensalidades, adquiria-se certeza de aprovação. Além disso, era acusado de conceder certificados graciosos e de comercializá-los⁵. No entanto, se o aluno não dispunha efetivamente de condições, estudava de graça. Concedia, de forma pródiga, dezenas de bolsa de estudo. Afirmava-se anarquista. Trajado de um branco impecável, atraía atenção e temor ao percorrer as ruas de Fortaleza provinciana, pois conduzia constantemente um pacote que, como bom discípulo de Bakunin, afirmava conter dinamite⁶.

No ano de sua fundação, o CEC iria conseguir para seus filiados redução de 50% no preço das entradas dos cines Luz e Paroquial. Abatimento idêntico foi obtido nos cinemas da Empresa Ribeiro, às segundas, quartas e sextas (a partir de 1938 o desconto seria diário). Redução de preço de 10 a 15% nas livrarias Humberto e Moraes e outras vantagens relacionadas com assistência médica e dentária, barbearia e outros serviços (O Povo, 25/11/31:3).

Ao longo de sua existência, o CEC criou vários departamentos. Um dos principais foi a Casa do Estudante Pobre do Ceará⁷. Fundada em março de 1933, teve como primeiro diretor Cândido Couto. Tendo funcionado inicialmente nos altos de um prédio na

⁵ Anuíram este fato Cândido Couto, Américo Barreira e Antônio Girão Barroso.

⁶ Antônio Girão Barroso em entrevista concedida com o autor em 28.04.90.

⁷ Segundo Américo Barreira e Manuel Aguiar de Arruda, os estudantes não gostavam desse termo "pobre" por considerá-lo discriminatório, algo que os diminuía. Para Américo Barreira, "estudante é estudante: a situação de ser pobre é puramente accidental, não devendo ser colocada assim tão ostensivamente, parecendo a muitos, humilhante". Em decorrência das objeções levantadas, houve uma reforma nos Estatutos e o termo "pobre" foi retirado.

rua São Paulo⁸, mudou-se logo depois para a rua General Sampaio⁹. Nessa época, abrigava cerca de 40 hóspedes (Campos, 1983:140). Os que podiam colaborar com uma importância simbólica pelo abrigo e alimentação¹⁰. Na carência de vagas, alguns faziam só as refeições como Cláudio Martins, Fran Martins, Parsifal Barroso e muitos outros.¹¹

Em 1934, na gestão de Francisco Vasconcelos de Arruda, era lançada a pedra fundamental da Casa do Estudante, em terreno adquirido pelo Centro à Rua Pessoa Anta, na praia de Iracema, perto da antiga ponte metálica. Logo após, esse terreno seria permutado pelo da rua Nogueira Acioli, esquina com Pereira Filgueiras (lado da sombra), onde ainda hoje funciona a Casa do Estudante do Ceará. Nesta última localização, considerada mais adequada, seriam edificadas em 1936, na gestão de Ernesto Pedro dos Santos, os alicerces da difícil e demorada construção. Visando à arrecadação de fundos, foram encaminhadas solicitações de verbas federais, estaduais e municipais, instituíram-se as campanhas do tijolo e da telha. Foram realizadas rifas, bingos e sorteios. Porém, o empreendimento de maior vulto foi a campanha do mil réis. Iniciada em dezembro de 1941 (Arruda, 1989:55), teve a coordenação de Osmundo Pontes. No desenvolvimento da campanha, seguiram comissões ao Piauí, ao Rio Grande do Norte, à Paraíba e ao interior do Estado.

⁸ O prédio, que era alugado, localizava-se no cruzamento com a rua Senador Pompeu; lado norte e nascente.

⁹ Imóvel situado entre a Rua Pedro I e Av. Duque de Caxias, lado do sol.

¹⁰ Segundo Germano Holanda, na qualidade de moradores da Casa do Estudante estiveram: Adail Barreto Cavalcante, Américo Barreira, Yáco Fernandes, Lourival Correia Pinto, Cândido Couto, Ivan Ribeiro Paraíba, Francisco Vasconcelos de Arruda, Raimundo Vasconcelos de Arruda e vários outros que mais tarde se projetariam na vida pública e intelectual do Estado.

¹¹ A afirmativa é de Cândido Couto. Em seu depoimento, Américo Barreira, que morou nos altos da Rua São Paulo, afirma: "O prédio era dividido em quartos e esses quartos tinham subdivisões com tabiques. A gente fazia refeições em comum, numa sala interna nesse pavimento. E, também, ao que eu me lembro, não se sofria de problemas de desabastecimento. A gente comia razoavelmente. Não me lembro de que, em qualquer momento, tenha havido qualquer tipo de crise na alimentação."

Essas comitativas entravam em contato com autoridades, buscavam auxílio do comércio e, às vezes, até promoviam festas.

Em 11 de agosto de 1941, durante a última gestão de Francisco Arruda¹², foi inaugurada a parte térrea da Casa do Estudante do Ceará. Porém, a construção se arrastaria por mais de uma década. De tão morosa, ficou conhecida como a “a sinfonia inacabada”¹³. Finalmente a 11 de agosto de 1952, estando na presidência do CEC Aquiles Peres Mota, realizou-se a inauguração definitiva da Casa do Estudante do Ceará. O evento marcou época no Estado. Testemunho de sua importância foi a presença à solenidade de Ernesto Simões Filho, Ministro da Educação e Saúde, da bancada cearense na Câmara Federal, de Ana Amélia Carneiro de Mendonça, presidente da Casa do Estudante do Brasil, de representantes da UNE e UBES, do Governador Raul Barbosa e centenas de outros convidados (GN, 12/11/1952:8).

Ao alvorecer da década de 50 a Casa do Estudante abrigava meia centena de estudantes que freqüentavam do curso primário ao superior. Esses hóspedes eram provenientes do interior do Ceará e de vários Estados do país (Santos, 1950:4). Na época, o CEC representava os estudantes cearenses de todos os níveis escolares, chegando a ter 22 mil sócios¹⁴. Em meados da década esse número ascenderia a 30 mil filiados (O Povo, 22/10/54:4).

Além dos hóspedes, na Casa do Estudante existia um fluxo constante de estudantes que para ali se dirigiam em demanda dos

¹² Em sua primeira década de existência o CEC teve os seguintes dirigentes: 1ª Diretoria (11 de agosto de 1931 a outubro do mesmo ano) teve como presidente José Jacaúna de Sousa; 2ª Diretoria de outubro de 1931 a novembro de 1932 – José Colombo de Souza; 3ª Diretoria – de 15 de novembro de 1932 a 15 de novembro de 1935, durante três mandatos consecutivos – Francisco Vasconcelos de Arruda; 4ª Diretoria de 16 de novembro de 1935 a 15 de novembro de 1937 (duas gestões), Ernesto Pedro dos Santos. Chico Arruda seria eleito novamente em 37 e reeleito por mais quatro vezes consecutivas, permanecendo no cargo até 15.11.1942.

¹³ A denominação, de autoria de Manoel Lima Soares (Néo), passou a ser largamente utilizada em relação à construção da Casa do Estudante.

¹⁴ Informação prestada por Aquiles Peres Mota.

serviços assistenciais oferecidos pelo CEC. Ressalte-se a existência de uma biblioteca em cujo acervo havia livros:

"... de grande valor, como as obras completas de Humberto de Campos, José de Alencar, Machado de Assis, Rui Barbosa, as coleções de o Tesouro da Juventude, Enciclopédia Brasileira, Biblioteca Internacional de Obras Célebres, além de muitos romances, livros didáticos e de poesia." (Fé, 07/11/54:12)¹⁵

Instalado em 1934 por Fco. Arruda, o Museu do Estudante foi outro empreendimento que ocupou lugar de destaque na Casa. Entre suas peças e documentos existiam

"... uma galeria de honra dos filhos ilustres de nossa terra, moedas antigas, retrato de parlamentares nacionais e estrangeiros, documentos de todas as campanhas que o Centro Estudantil Cearense empreendeu no interior do Estado, bem como na capital." (Leite, 11/08/53:4).

Registre-se o funcionamento na Casa de um consultório dentário para atender aos estudantes pobres domiciliados na capital e a existência de um ambulatório. No setor diversional existia o Clube do Estudante que realizava festas periódicas na Casa do Estudante¹⁶.

Outro relevante departamento do CEC foi o da Educação. Sob sua administração foram criadas seis escolas primárias noturnas destinadas a filhos de operários. Estas escolas funcionavam em instituições de ensino público ou privado que ficavam ociosas à noite. O corpo docente era constituído por centristas ou outros voluntários que nada recebiam pelo ofício do magistério. Merece registro o fato do interventor do Ceará, Roberto Carneiro Mendonça, que "vibrava com

¹⁵ Em entrevista ao autor, Aquiles Peres Mota afirmou que, na sua época (1948/52), a biblioteca contava com um acervo de seis mil volumes, todos catalogados.

¹⁶ Estas festas eram abertas ao público e muito concorridas. Os centristas acalentavam um projeto de aquisição de sede própria para o Clube que, porém, nunca foi concretizada.

o Centro Estudantil Cearense”¹⁷, ter sido professor na 11 de agosto, a mais conhecida escola da associação.

Na época da inauguração da Casa do Estudante, tendo como diretores Ernando Uchoa Lima e José Mário Pinto da Silva, o CEC mantinha as seguintes escolas:

“11 de agosto, em Cachoeirinha, com 60 alunos; 10 de março, no arraial Moura Brasil com 48 alunos; 19 de outubro, no Grupo Presidente Roosevelt com 60 alunos; J. Figueiredo Correia, com 93 alunos, funcionando em Caucaia; Irmã Epifânia, no Ginásio Santa Isabel com 40 alunos.” (Sup. Esp. de GN, 11/08/52:4)¹⁸

No mesmo período, o CEC, através do seu Departamento de Educação, conseguiu, nos diversos educandários de Fortaleza, 80 matrículas gratuitas para estudantes pobres (Sup. Esp. de GN, 11/08/52:4)

Em meados de 53, o CEC realça o papel desempenhado pelas escolas primárias

“distribuindo todas elas ensino gratuito à criança reconhecidamente pobre, que pela precariedade do ensino em nossa terra não vem recebendo das autoridades competentes a devida e indispensável assistência educacional.” (GN, 24/05/53:3).

Ao final dessas considerações, apela ao Secretário de Educação e Saúde para que supra as carências das escolas, considerando que

“o atual estado em que se encontram as nossas escolas centristas é deveras lamentável, pois não possuem sequer carteiras suficientes para abrigar o sem número (sic) de estudantes que superlotam as escolas centristas; mapas, quadros negros, globos, livros e estantes não os possuem, isto porque as finanças do Centro ainda se encontram abaladas com as despesas vultosas feitas para concluir a Casa do Estudante.” (GN, 24/05/53:3).

¹⁷ Entrevista concedida por Manoel Lima Soares ao autor (04.01.89). Ressalte-se ser o interventor irmão de DA. Amélia Carneiro de Mendonça, presidente vitalícia da Casa do Estudante do Brasil. Esta entidade abrigaria, em agosto de 1937, o I Conselho Nacional de Estudantes (que fundou a UNE). No ano seguinte, DA. Amélia, em virtude da politização da diretoria da UNE, expulsaria esta entidade da CEB (Mendes Jr., 1981:36-38). Em virtude da ‘neutralidade’ e ‘posição política’ do CEC, Da. Amélia sempre manteve excelentes relações com o mesmo, tendo vindo em 1952, como convidada de honra, para as festividades de inauguração da Casa do Estudante do Ceará.

¹⁸ Cachoeirinha, onde funcionava a 11 de agosto, é hoje o bairro de Padre Andrade.

Em 1954, no fim da gestão de Manoel Lima Soares, o CEC amplia o número dos estabelecimentos educacionais que administra, com a fundação da Escola 6 de Novembro (Folha Estudantil, 02/55:9).

A Academia Centrista de Letras constituiu-se, na área cultural, outro ativo departamento do CEC. Fundada em 1943, teve como primeiro diretor José Cláudio de Oliveira, sendo composta, à época, por vinte sócios. Tinha como finalidade "promover, por todos os meios ao seu alcance, o desenvolvimento das letras estudantis." (Art. 1º dos Estatutos da ACL). As sessões literárias da Academia eram realizadas nas manhãs de domingo, no auditório da Casa do Estudante. Segundo José Cláudio de Oliveira, os acadêmicos compareciam de paletó e gravata a essas reuniões e eram obrigados a apresentar uma produção literária, fosse um conto, uma crônica, uma poesia, um soneto ou a síntese de um livro lido na semana. Para se tornar membro da sociedade o estudante teria que apresentar um trabalho sobre a vida e obra de um dos Patronos que emprestavam seu nome às cadeiras da Academia (Art. 9º dos Estatutos da ACL). No entanto, para pertencer a suas fileiras

"Não precisa ser um intelectual consumado, pois ela é uma escola de formação intelectual, onde pode o estudante aprimorar seus conhecimentos." (Sup. Literário F. E. 08/55:3).

No início da década de 50, há um movimento de reorganização e renovação da academia. O empreendimento é liderado por Manoel Lima Soares que, em decorrência, é nomeado diretor da agremiação¹⁹. Há uma ampliação do seu quadro social. A Academia passa a ser composta de "40 membros efetivos, de 20 correspondentes e de um número ilimitado de membros honorários."²⁰

¹⁹ O fato ocorreu em maio de 1951, na 2ª gestão de Aquiles. Segundo o periódico Gazeta de Notícias (13/05/51:4), as solenidades se realizaram com a presença de "altas autoridades civis, militares e eclesiásticas, bem como estudantes e intelectuais conterrâneos".

²⁰ Art. 2º dos Estatutos. Ressalte-se que os patronos, que também passaram a ser 40, são todos cearenses.

No decorrer de sua existência, a Academia chegou a publicar alguns livros de acadêmicos, como “Evangelização” de Sinobilino Pinheiro, “Ela e outras Crônicas”, de Raimundo Araújo e “Pano de Café”, de Ciro Colares. Sua preocupação com a memória cultural é realçada por um centrista:

“Os vultos de nossa literatura passada tinham vida dentro da ACL. Eram rememorados constantemente e este respeito ao patrimônio cultural do Ceará levou os moços da ACL a erigirem em frente ao velho Liceu de tantas celebridades a herma do Padre Antônio Tomaz, príncipe dos poetas cearenses.” (Lucas, 1952:3).

Ressalte-se que, antes da fundação da Academia, nos seus primeiros anos, o CEC já envidava esforços na promoção de atividades culturais entre estudantes. Demonstração evidente da assertiva era a realização dos torneios intercolégiais de cultura, consistindo estes em:

“...concursos para debates de oratória sobre vários pontos. Nestas sessões toma parte um estudante de cada estabelecimento de ensino.” (Folha Estudantal, 08/1935:42).

Torna-se digno de registro a existência de uma sociedade cultural, ligada ao CEC, que precedeu a ACL: a Agremiação denominada “Escola Moça de Cultura”.²¹ De acordo com suas normas, tinha por finalidade:

“o conhecimento mais profundo da Sociologia (em especial política), da Filosofia, da história e das ciências que mais perto lhe tocam, e a realização, por parte de seus associados de mais completos estudos de literatura nacional, no sentido da criação de algo que represente as novas tendências da sociedade.” (Norma I da EMC).

Composta de 18 sócios²², ficavam todos obrigados a defender, mensalmente, uma monografia de caráter científico ou literário.

²¹ Fundada por centristas em 10.12.33, a Escola Moça de Cultura estava ligada indiretamente ao CEC, sendo, no dizer de Antônio Girão Barroso, “uma espécie de prolongação do centro”.

²² Entre outros, Yáco Fernandes, Antônio Girão Barroso, José Maria Moreira Campos, Fran Martins (na opinião de Antônio Girão Barroso, o líder do grupo), Murilo Mota, Moacir Mota, Manoel Albano Amora, Edgar Carvalho, Walter de Sá Cavalcante e Aurélio Mota.

O tema, escolhido pela maioria, era único e compulsório. A não defesa constituía falta, remida com multa (Norma XII). Além disso, todo e qualquer trabalho de autoria de um sócio publicado na imprensa deveria levar bem clara a qualidade de seu autor como membro da escola (Norma XV). Nota-se a obediência a dez artigos ou poemas, seus autores são respaldados pelo timbre da entidade. Deve ser destacado o fato de que, na década de 30, a Folha Estudantil se preenche de contos, crônicas, poemas²³. Nos anos 50, a Folha assumiria a forma de tablóide, com um número reduzido de páginas e uma feição informativa e jornalística.

Como departamento do CEC, teve longa vida a Polícia Estudantil, polêmica instituição a merecer críticas acerbadadas e defesas apaixonadas. Fundada em 1933²⁴, tinha como fins:

- a) Funcionar como órgão preventivo junto à classe estudantil;*
- b) Evitar o mais possível que os estudantes freqüentem casa de jogos, "bas-fonds", "cabarets" etc;*
- c) Manter um serviço de fiscalização permanente em todas as casas de diversões;*
- d) Trabalhar de acordo com Polícia Civil do Estado, a fim de, com maior eficiência, manter a ordem junto à classe estudantil;*
- e) Levar ao conhecimento da Diretoria do Centro Estudantil Cearense todas as ocorrências havidas entre e com estudantes para que possa a mesma tomar as providências que julgue necessárias." (Regulamento da Polícia Estudantil).*

A Polícia Estudantil era composta de 40 membros²⁵. Para ingressar em seus quadros, o candidato deveria ser estudante cen-

²³ Segundo Cândido Couto, Antônio Girão Barroso e Fran Martins foram peças principais na Folha. Além deles, colaboraram Moreira Campos, M. Albano Amora, Sinobilino Pinheiro, Yáco Fernandes, Walter de Sá Cavalcante, Ari de Sá Cavalcante, Edgar Carvalho e Américo Barreira (em suas poesias, assim como nas de Yáco Fernandes, havia a ressalte de que pertenciam ao "Batuque Sinfônico das Poesias Impares". Este livro, escrito em parceria com Yáco, nunca chegou a ser publicado). Em suma, colaboraram todos os membros da Escola Moça de Cultura e dezenas de outros não sócios.

²⁴ Temos como fonte o jornal "O Povo", edição de 12/10/52, que afirma transcorrer em 15/10/52 o 19º aniversário da Política Estudantil e o periódico "O Policial", edição de 15.10.53, comemorativo dos 20 anos da corporação. No entanto, Girão (1939:390) se refere a 1932 como ano de fundação da instituição.

trista, ter bom comportamento, ser maior de 18 anos e possuir “aparência de maior” (O Policial, 15/10/53:4). Os policiais integravam turmas que, em rodízio, faziam ronda ou fiscalizavam locais ou casas de diversões. Tinham certa ascendência e status entre os estudantes não politizados, mesmo porque:

“o policial quando a serviço tem livre ingresso nos centros diversionais, exercendo, em quaisquer circunstâncias, plena autoridade sobre os estudantes, em todo e qualquer lugar”. (art. 27 do regulamento).

O preceito da autoridade do estudante-policial sobre os estudantes não era simples letra morta. A Polícia Civil respaldava esta autoridade. A Polícia Estudantal tinha uma sala, onde trabalhava sua diretoria e onde eram detidos estudantes, no próprio prédio da Secretaria de Segurança Pública. Por este motivo, e considerando a sua estrutura organizacional, a Polícia Estudantal foi considerada por alguns como fascista²⁶.

Para Américo Barreira:

“Não era coisa propriamente fascista, mas era fascistóide. Era extremamente reacionária. Não era de dar pancadas. Não era a repressão violenta. Era para evitar o atrito, a contestação. Era para acomodar.”²⁷

²⁵ Segundo reza seu regulamento datado de 1940. No entanto, no jornal Gazeta de Notícias (17/05/53:3) há um artigo de Brailino Duque de França onde este centrista afirma ser a Polícia Estudantal “formada por quase cem estudantes”.

²⁶ Eduardo Campos, em artigo citado anteriormente, p. 137, ressalta a “influência da doutrinação fascista” na Polícia Estudantal. Por sua vez, em entrevistas concedidas ao autor, tanto Eusélio de Oliveira quanto Carlos Augusto Lima Paz (Parangaba), destacam o caráter fascista não só da Polícia Estudantal quanto do próprio CEC.

²⁷ Em entrevista concedida ao autor.

Outros ex-líderes estudantis considerados de esquerda, como José Maria Barros Pinho e Manuel de Arruda²⁸, discordam do caráter fascista da Polícia Estudantal.

Para Arruda, a Polícia Estudantal tinha como objetivo retirar o estudante menor de 18 anos das casas de recursos e pensões de mulheres e evitar seu ingresso nas casas de diversões e cinemas, quando não tivesse a idade permitida pela censura. Isto era feito através da fiscalização, pela Polícia Estudantal, da carteira estudantil.

Além disso, ela teria também a função de:

*"Tirar o estudante das garras da Polícia Civil. Foi um meio inteligente que encontraram na época, uma espécie de anteparo, entre o estudante, sempre voluntarioso, e a repressão que era muito forte na época da ditadura e que, infelizmente, era forte também na fase democrática."*²⁹

Com a mesma visão da corporação, outro ex-líder centrista se refere à Polícia Estudantal como o "poder moderador que serve de pára-choque entre a polícia civil e os estudantes."³⁰ Germano Holanda, em depoimento escrito, prefere ressaltar a função atribuída à entidade, "de fazer preservar a conduta dos estudantes onde se encontrassem na vida da cidade." O caráter paternalista e moralista da Polícia Estudantal, de proteger o estudante da Polícia Civil e evitar que o mesmo freqüentasse casas de jogo e pensões de mulheres, é ressaltado em uníssono por diversos ex-centristas³¹. Essa dualidade de funções foi também expressa por um periódico oficial da entidade:

²⁸ José Maria Barros Pinho teve intensa atuação no ME cearense. Foi do CA Juscelino Kubstcheck. Diretor da Polícia Estudantal e presidente da UEE. Em militância, Manuel Aguiar de Arruda não fica atrás. Atuou em grêmios estudantis, ocupou cargos no CLEC e no CEC, foi presidente da UEE durante a Campanha da Legalidade a Greve 1/3.

²⁹ Trecho da entrevista de Manuel Aguiar de Arruda ao Autor.

³⁰ Entrevista concedida por Aquiles Peres Mota a Jaime Oliveira e Silva. Gazeta de Notícias, edição comemorativa de 11/08/52, p. 7.

³¹ Podemos arrolar, entre outros defensores desse ponto de vista, os nomes de Cândido Couto, Aquiles Peres Mota e Manoel Lima Soares.

"A Polícia Estudantal é um órgão centrista que tem por missão amparar e educar a classe, impedindo violências contra a mesma e coibindo a molecagem e os vícios entre estudantes menos disciplinados". (O Policial. 15/10/53:1)³².

O estudante não podia ser preso pela Polícia Civil. Quando isso ocorria, era encaminhado à Polícia Estudantal. Em seguida, um oficial, munido de ofício, acompanhava-o à casa de seus pais.

A Polícia Estudantal atuava prioritariamente pela dissuasão. Porém, de forma esporádica, os estudantes mais de esquerda agrediam e eram agredidos³³. Neste contexto, torna-se significativo o depoimento de um antigo líder centrista:

"(...) quando nós sentíamos, principalmente o estudante mais de esquerda, que queria partir para baderna mesmo, nós tínhamos a tática de dividir. Tinha um grupo mais preparado, eram uns vinte. Aí se dizia: "vamos dissolver". Então um gritava: "vamos pra Major Facundo". Outro bradava: "vamos pra Praia de Iracema." Um terceiro chamava: "vamos pra Praça do Liceu." E começava a dissolver a coisa, para evitar um confronto com a polícia."³⁴

De acordo com Ananias Josino Lobo, último presidente do CEC, a Polícia Estudantal desempenhava um papel que não pode ser olvidado. A entidade seria mais um meio utilizado pelo Centro para arrecadar as mensalidades. Para fazer jus ao abatimento de 50% nos cinemas o estudante deveria provar sua condição, através da apresentação da carteira estudantil, fornecida pelo CEC. O direito ao pagamento da meia entrada somente se efetivaria quando o portador da identidade estudantil estivesse sem débito para com tesouraria da associação.

³² Da asserção se infere o caráter de intelectual orgânico, no sentido gramscano do termo, da Polícia Estudantal e do próprio CEC. Essas entidades seriam os educadores, condutores e dirigentes da categoria estudantil, a expressar e defender seus interesses. Teriam, ao mesmo tempo, o papel de ajustar, integrar a categoria ao status quo.

³³ A afirmação é de José Américo Barreira em entrevista ao autor. Segundo este ex-centrista, os estudantes da esquerda pertencentes ao CEC viam com má vontade a Polícia Estudantal, o que gerava conflitos esporádicos.

³⁴ Aquiles Peres Mota em entrevista com o autor.

As relações entre a Polícia Estudantal e o CEC desenvolveram-se de forma pacífica até fins da década de 50. Fato considerado natural, tendo em vista ser a primeira um departamento do segundo e, em decorrência, o diretor da Polícia Estudantal ser designado pelo presidente do CEC. Porém, no início da década seguinte, desenvolve-se sério atrito entre o presidente do CEC, José Raimundo Linhares Pontes, e o diretor da Polícia Estudantal, Hugo Castelo Benevides. Este último vem a público denunciar haver recebido ordem do presidente para, contrariando determinação estatutária, fornecer carteiras de policial a todos os acompanhantes da diretoria (O Povo, 13/10/60:8). A afirmativa é contestada pelo presidente da CEC que declara ter havido ordem expressa para concessão de identidade policial a Otácilio Rocha, diretor da Casa do Estudante e, como tal, exercendo vigilância sobre 160 moradores (O Povo, 13/10/60:8). O Caso culmina com a demissão do diretor da Polícia Estudantal.³⁵ Em seguida, inicia-se o expurgo dos policiais ligados ao antigo diretor. Para substituí-los, a diretoria da Polícia Estudantal, em consonância com o CEC, abre mão de suas prerrogativas regulamentares³⁶ e envia ofício circular aos educandários, solicitando a indicação de dois alunos para a Polícia Estudantal.

No ano seguinte, eclode outra crise de grandes proporções no seio da Polícia Estudantal. Desenvolve-se uma luta interna entre diretores e a comissão de sindicância daquele órgão. Alegando ser necessário cortar pela raiz “os males não coibidos pela atual administração, frutos dos erros das anteriores” (O Povo, 12/10/61:2). O diretor da corporação, Barros Pinho, demite todos os membros da

³⁵ A demissão foi título da chamada na 1ª página de O Povo, edição de 17/10/60, fato demonstrativo da importância atribuída, na época, ao CEC. A notícia e o comentário do jornal são desenvolvidos na 2ª página. Merece ser realçado também o status e outras vantagens decorrentes do cargo de diretor da Polícia Estudantal, o que infere-se do seguinte trecho da mesma edição do periódico: “O novo diretor daquele departamento centrista é o acadêmico Fco. Oliveira Gondim, diretor do Centro há vários anos. Sua eleição, realizada meia hora após o ato de demissão, foi das mais renhidas pois o cargo estava sendo disputado por cinco membros da cúpula da entidade máxima.”

³⁶ Regulamento citado, parágrafos 1 e 2 do art. 3º.

comissão da sindicância. A medida, por contar com o apoio do CLEC e de diversos grêmios da capital, é aceita pela direção do CEC.

Em 63, com o congresso da Unificação, quando a UCES e o CEC passam a constituir o CESC, a Polícia Estudantil é incorporada por esta entidade. Como que por ironia, com o golpe de 64, os interventores do CESC saem de seus quadros. Esse fato irá deteriorar as relações entre os dois órgãos. Com a paulatina retomada do CESC por lideranças de esquerda, num processo de acumulação de forças, a animosidade irá recrudescer.

Protestando contra o aumento das passagens nos transportes coletivos, estudantes do Liceu iniciam em 19 de maio de 1967 um “quebra-cabeça” (GN, 20/05/67:8) que se prolonga no dia seguinte. Na avenida Bezerra de Menezes, Praça Gustavo Barroso e Praça do Carmo, diversos ônibus são danificados a pedradas. Secundaristas de outros estabelecimentos de ensino e diversos operários, inclusive feirantes do Mercado São Sebastião, aderem ao movimento (GN, 21/05/67:8). Entre estudantes e pessoas do povo, a polícia realiza cerca de 15 prisões. Na manhã do dia 20, 3 membros da diretoria do CESC são detidos. Ao visitar seus colegas presos, o tesoureiro do CESC e uma líder estudantil do Liceu são apontados pelo diretor da Polícia Estudantil, João de Paula Fernandes Vieira, como co-responsáveis pelas depredações. Para o CESC, é a gota d’água. O IV Congresso de Estudantes Secundários, realizado poucos dias depois, extingue, por unanimidade, a Polícia Estudantil. Para substituí-la, foi criado o Departamento de Assistência e Fiscalização do Estudante, integrado por estudantes de ambos os sexos. O novo órgão passou a funcionar na sede do CESC. A nova diretoria da entidade máxima dos secundaristas eleita no Congresso, tendo à frente Mário Albuquerque Filho, faz um apelo aos estudantes no Plenário do Congresso para que não se identifiquem aos integrantes da extinta Polícia Estudantil dada a sua invalidade como fiscalizadora da carteira estudantil. Em contrapartida, uma comissão da Polícia Estudantil percorre as redações dos jornais

“para denunciar a ação nefasta que a diretoria do CESC vem praticando contra a classe estudantil, destacando sobremaneira o Congresso clandestino realizado por aquela entidade (...) e seguir às

autoridades a instauração de uma comissão de inquérito para apurar as responsabilidades criminais dos dirigentes do CESC" (GN, 31/05/67:1).

Para fazer frente ao CESC, a Polícia Estudantal, em nota oficial, invoca o ressurgimento do Centro Estudantal Cearense, marcando uma reunião para tal fim com líderes de grêmios e "representantes estudantis autênticos." Debalde os esforços. Essas são as últimas manifestações da Polícia Estudantal. O antigo departamento do CEC tem, no IV Congresso do CESC, encerrada a sua história.

A posição de instituição moderadora, direcionada no sentido de evitar o conflito, que caracterizou não só a Polícia Estudantal, mas o CEC como um todo, teria sido moldada por Francisco Vasconcelos de Arruda, o maior de seus líderes. Com efeito, essa era "a posição típica de Arruda, o acomodador."³⁷

De temperamento afável e cortês, sem medir esforços no auxílio aos estudantes cearenses, Chico Arruda assumia postura paternalista para com seus aliados. Politicamente conservador, orientava suas ações no sentido do entendimento e da conciliação. Tendo sido, em toda a história do CEC, o líder estudantil que passou maior tempo à frente da entidade, era querido e respeitado pelos estudantes. A seu nome se associavam grande parte das lutas e empreendimentos do Centro Estudantal, como o abatimento nos transportes coletivos e nos cinemas e a construção da Casa do Estudante. Além disso, a estrutura do Centro, com seus departamentos, sua organização e a própria feição da entidade assistencialista e conservadora se prendem à sua atuação. Interessante é que, na defesa dos interesses estudantis, Chico Arruda, em que pese sua posição conservadora, vez por outra se atritava com as autoridades constituídas.³⁸ Confirmando essa assertiva, Cândido Couto, em entrevista ao autor, cita um episódio ocorrido por volta de 1935, quando os bondes movidos a energia elétrica se constituíam o principal meio de transporte dos fortalezenses. A época, eles eram pintados nas cores verde e branca. Nos verdes a passagem custava dois tos-

³⁷ Américo Barreira em entrevista ao autor.

³⁸ O mesmo aconteceria com outros líderes do CEC, ao longo de sua história.

tões. Nos brancos, um tostão. A Light, que era concessionária da energia elétrica e dos bondes, foi progressivamente pintando de verde os bondes brancos. O CEC passou a pleitear junto à companhia inglesa e à Prefeitura a volta dos bondes brancos ou o abatimento de 50% para os estudantes. Infrutíferas as diligências. Em decorrência, o Centro Estudantal realizou uma reunião, presidida por Francisco Arruda, em que teria afirmado: "Só se ganha isso com violência. Sem violência não iremos conseguir o abatimento." Nesse encontro ficou acertado que os estudantes deveriam, em grandes grupos, se distribuir pelas várias linhas de bonde para, numa hora determinada, dar início ao quebra-quebra. Assim foi feito. Como presidente do CEC, Arruda foi preso pela polícia e levado para o Palácio da Luz,³⁹ onde ficou detido. Os estudantes passaram a se aglomerar na Praça dos Leões, aclamando seu nome e exigindo a sua libertação. Houve um contato com o Secretário do Governo, no qual este pediu calma, considerando que o problema estava sendo estudado e buscava-se uma solução satisfatória para as partes envolvidas. Antes de arrefecer, o encontro recrusceteu o ânimo dos estudantes. Finalmente, Arruda foi solto e iniciou-se o abatimento estudantil nos bondes. Manoel Lima Soares apresentava uma outra versão. De acordo com este líder centrista, em decorrência do quebra-quebra, prenderam alguns estudantes e Chico Arruda se considerou também preso. Os estudantes foram também para a Praça dos Leões e ficaram a bradar o nome do presidente do CEC até que o soltaram juntamente com os estudantes detidos. Américo Barreira confirma essa versão de que, em virtude da prisão dos estudantes, Arruda teria também se considerado preso. E, apesar de não se lembrar de como se originou este fato, entende ser possível que Arruda tivesse feito a defesa da violência, considerando que o processo de conquista de abatimento nos bondes e, posteriormente nos ônibus, foi violento, na base do quebra-quebra, da pancadaria.

³⁹ Sede do governo cearense na época. Um de seus lados dava para a Praça General Tibúrcio, popularmente conhecida como Praça dos Leões pela existência de estátuas desses animais em três de seus quadrantes.

Além disso – segundo ainda Barreira – Arruda, apesar de apaziguador, ia às últimas conseqüências na defesa dos interesses estudantis. Nesse sentido, foi uma figura controvertida que desempenhou um papel positivo no movimento estudantil e na organização da luta do estudante. Lembra ainda aquele ex-centrista, referindo-se a possível postura em favor da violência assumida por Arruda, que na medida em que uma pessoa se engaja na luta, vai vendo o processo crescer. À proporção que se desencadeia a repressão, surge a necessidade de se contrapor à repressão. Isso gera uma ação mais enérgica, mais violenta. Então essa contradição leva ao conflito, obrigatoriamente.

Assim como Arruda, percorrendo o caminho da moderação e a trilha do conservadorismo, outros presidentes do CEC se destacaram como grandes líderes da associação.⁴⁰ Nos primeiros tempos, emerge a figura de Ernesto Pedro dos Santos, Presidente por duas gestões (15/11/35 a 15/11/37). Foi o responsável pela concretização inicial do sonho da Casa do Estudante, ao lançar os alicerces da sua construção.

Outro a se projetar na história foi Aquiles Peres Mota, presidente durante quatro anos⁴¹. Seu maior empreendimento foi a conclusão e a inauguração da Casa do Estudante. Foi sucedido por Manoel Lima Soares,⁴² outra figura de proa do Centro. Antes de sua eleição, já era conhecido por sua dedicação à associação, tendo se destacado pela reorganização e renovação da Academia Centrista de Letras em 1951.

Voltando um pouco aos primeiros anos do CEC, notar-se-á que a efervescência política existente nos anos 30 se fazia sentir no seio da entidade. Integralistas, comunistas e estudantes com posições de centro travavam infundáveis e acalorados debates. Visando por cobro à situação, Chico Arruda, em consonância com os grêmios que

⁴⁰ Ressalte-se que o CEC teve outros grandes líderes que assumiram a direção de seus vários departamentos sem, contudo, terem chegado à sua presidência.

⁴¹ Nessa época os mandatos já eram bienais. Aquiles esteve à frente do CEC em dois períodos consecutivos: 1949-1950 e 1950-1952.

⁴² Presidente de 52 a 54. Era conhecido por Néo, diminutivo carinhoso com que foi tratado até seu falecimento no início de 1990.

o acompanhavam, arquitetou um Estatuto proibindo discussões políticas e religiosas nas sessões do Centro. Posteriormente, o CEC teve uma Constituição que veio ratificar essa norma.⁴³ Em defesa do banimento das discussões político-religiosas do âmbito do CEC, o centrista Walter de Sá Cavalcante escreveu um artigo intitulado “Posição Político-Religiosa do Centro Estudantal” (Folha Estudantal, 08/35:33-34). O articulista inicia seu arrazoado fazendo uma distinção entre indivíduo e pessoa. O indivíduo seria o ser possuidor do conjunto de qualidades oriundas da espécie que o torna semelhante aos outros e a pessoa se definiria como o ente que, além de reunir estas qualidades que caracterizam o indivíduo, compreenderia todos os predicados que variariam de homem para homem. Aquele seria o ser comum cujas qualidades que o exoneram são inerentes ao gênero humano, enquanto que a pessoa seria o indivíduo que, apesar de o ser, possuiria uma personalidade distinta da dos outros. Em decorrência, as associações, como a sociedade em geral, seriam compostas de indivíduos e não de pessoas. Destarte, estabelece-se, também, a diferença entre as opiniões dos homens como partes integrantes de uma associação e os daqueles como possuindo personalidades. Nesta linha de raciocínio, o Centro Estudantal seria uma sociedade a agregar no seu corpo um punhado de indivíduos.

“E, se o Centro é uma reunião de indivíduos, evidente está que, no seu seio, não se agrupam homens políticos, motivo por que estas qualidades não integram os indivíduos e sim as pessoas, que são livres no concerto universal. Por uma razão lógica, então, cumpre-nos taxar como sendo de profunda sabedoria o dispositivo estatutário da nossa sociedade que reza não poder qualquer sócio discutir, em sessão, questões políticas ou religiosas.” (Cavalcante, 08/35:34).

Finalizando, o autor do artigo espicaça a curiosidade dos leitores ao indagar qual a posição político-religiosa do Centro Estudantal,

⁴³ Segundo Manoel Lima Soares, em entrevista com o autor, o estatuto foi elaborado no primeiro lustro da década de 30 e a constituição em princípios dos anos 50.

uma vez que não atuam os seus elementos constitutivos neste ou naquele setor político ou religioso. E a resposta surge, imediata:

"O Centro, embora conjunção de indivíduos, mas pessoa jurídica, tem a sua posição dentre outras, não só política, senão também religiosa. A primeira se objetiva em, com assistência moral, intelectual e material e o alevantamento que proporciona à classe, contribuir, eficientemente para que marchem os poderes públicos sem muitas dificuldades. (...) A Segunda – posição religiosa – se concretiza no respeito às crenças de todos, o que já é uma demonstração eloqüente de religiosidade." (Cavalcante, 08/35:44).⁴⁴

Nessa pretendida eqüidistância da política partidária e dos credos religiosos – entendiam as lideranças do CEC – encontrava-se a virtude possível e necessária da neutralidade. Demonstravam ser cultores do mito da imparcialidade, entendido com aquela postura em que

"queremos estar acima das oposições. Não no sentido de assumi-las e então resolvê-las, mas no sentido de evitá-las e então dissolvê-las. Aguando, como diria Oswald de Andrade." (Gomes, 1984: 33).

Nesse sentido, é significativo o depoimento de Aquiles Peres Mota:

"Nós fizemos questão de colocar nas diretrizes do Centro ecléticas, em que todos os grandes partidos se representassem. Porque nós tínhamos a idéia de que, se nós partidariássemos nossa atuação,

⁴⁴ Como delegado de Centro Estudantil Cearense, o autor do artigo, Walter de Sá Cavalcante, foi eleito 1º vice-presidente do I Conselho Nacional de Estudantes. Em 1937, o conselho designava, simultaneamente, um novo órgão estudantil e o que posteriormente passou a se chamar de congressos (da UNE). Referindo-se ao Conselho Nacional de Estudantes, Poerner (1968:138), afirma: "O presidente Getúlio Vargas manifestou especial interesse pelos estatutos da nova organização, ao receber em audiência os delegados estaduais, que aproveitaram a oportunidade para, através do cearense Valter de Sá Cavalcanti, solicitar o reconhecimento presidencial do conselho, como único órgão representante oficial dos estudantes do Brasil. "Em que pese a grafia errada de seu nome, Walter de Sá Cavalcante era prestigiado por seus pares. Aliás, neste Conselho perdurou o "espírito centrista", pois, logo em seu início, aprovou-se uma proposta do representante do DCE de Minas Gerais, proibindo expressamente a discussão de temas políticos (Poerner, 1968: 137).

esvaziariamos o Centro. Então tínhamos uma atuação política não partidária. Política, no sentido de visar o estudante, proteger o estudante.”

Essa “política de proteger o estudante” foi desenvolvida respaldada no mais puro pragmatismo, pois:

“Nós fazíamos questão de que as mesas fossem ecléticas. Eu era presidente e pertencia à UDN. O Dorian era vice-presidente e era o PSD. O Nêo erro orador oficial e era filiado ao PTB. Então nós fazíamos questão de todo partido se representar para quando chegasse um deputado ou senador aquele que era ligado ao partido dele é que iria conversar em nome do Centro.”⁴⁵

Em referência às greves desenvolvidas por outras categorias sociais, outro ex-centrista declarou que

“os estudantes não interferiam. Os estudantes só enfrentavam aquilo que dizia respeito à classe. Fora da classe estudantil, eles não enfrentavam coisa nenhuma. Agora, quando era em benefício da classe, todo mundo se reunia. Naquele tempo estudante não se envolvia em política.” (Cândido Couto).

Ressalte-se no depoimento a referência à categoria estudantil como sendo uma classe, numa indevida alusão às classes sociais. Essa incorreção de abordagem se constituía num viés generalizado, encontrando-se presente em quase todos os periódicos estudantis até o final da década de 50.

A afirmativa de que “naquele tempo estudante não se envolvia em política” não resiste ao confronto com os fatos. Nesse sentido, basta citar a participação solidária dos acadêmicos de Direito, através do CACB, no movimento grevista dos motorneiros de bonde no final da década de vinte. A declaração talvez fosse mais apropriada ao CEC, considerando a sua postura de “neutralidade” (como se “neutralidade” não fosse uma atitude política).

Em uníssono, com a voz geral de que o Centro não exercia política partidária, estando voltado para os “interesses classistas”,

⁴⁵ Aquiles Peres Mota em entrevista ao autor.

um antigo timoneiro da entidade acrescentou que, em relação aos grandes problemas nacionais, como a entrada do Brasil na guerra contra o Eixo e a Campanha da Petrobras, alguns centristas participavam das manifestações:

"Porém, estas manifestações não se realizavam em nome do Centro. Cada centrista, fora do Centro, poderia tomar a posição que lhe conviesse. Eu, por exemplo, trabalhei muito na Campanha de "O Petróleo é Nosso". (Manoel Lima Soares).

Já Manoel Aguiar de Arruda ressalta que, além da missão específica e especial de defender o estudante em todos os aspectos, a entidade desempenhava ainda o papel de prepará-lo para vida prática.

Em relação ao tipo de estrutura e organização do CEC, diversos centristas entram em concordância ao expressarem que o Centro teria sido a primeira entidade do gênero no país.⁴⁶ A partir de sua fundação e por sua influência, surgiram centros de estudantes em outros Estados. O escopo de induzir à criação de Centros em outros Estados encontra-se explicitado em um periódico da entidade:

"No claro mapa de nossas intenções, um ponto há que corporifica a síntese dos demais e é o que projeta no cálculo das nossas possibilidades, digamos mesmo certezas, a criação de centros estudantis por todo o vasto território pátrio." (Folha Estudantil, 08/35:59)

Adiante, demonstra-se que a intenção síntese encontra-se em processo de realização, pois:

"No pequeno espaço de quatro anos, nossa voz transpôs fronteiras, Brasil afora, indo acordar energias, sacudindo fibras e animando vontades.

(...) E cinco vezes se repetiu o relâmpago que, um dia, aclarou a consciência moça do Ceará. Em que Mossoró, Natal, Teresina, Parnaíba e São Luís, a mocidade das escolas experimentou a sã

⁴⁶ Em entrevista ao autor, expressaram essa tese os ex-centristas: Cândido Couto, Manoel Lima Soares, Aquiles Peres Mota e Manoel Aguiar de Arruda.

alegria de ver-se confraternizar no mais estrito dos abraços, na mais apertada das aproximações. E lá existem já centros estudantis.”
(Folha Estudantal, 08/35:39).⁴⁷

O CEC tinha como objetivo aglutinar os centros estaduais de estudantes numa organização centrista nacional. Com este intuito, promove “Congressos Centristas de Estudantes Brasileiros”, sendo que na última gestão de Chico Arruda já haviam se realizado cinco destes encontros (Arruda, 1989:46-55).

Tendo por finalidade divulgar as atividades centristas no sul do país e amparar os estudantes cearenses radicados no Distrito Federal, o CEC cria o departamento Metropolitano do Rio de Janeiro (DM).⁴⁸ Na sede social do DM do Rio, seu diretor seria auxiliado por um secretário e tesoureiro (art. 5º). Entre os direitos atribuídos ao diretor do DM está o de

“Representar o CEC na capital da República junto às autoridades constituídas, entidades estudantis e outra qualquer agremiação social para que seja convidada a representação do CEC, exceto reuniões político-partidárias, seita religiosa ou doutrinas não previstas neste regulamento” (art. 10º).

⁴⁷ Sob o título “Uma vitória da classe estudantil do Ceará” a mesma edição da Folha Estudantal transcreve, às págs. 40-42, artigo da revista “A economista”, de Recife, o qual, referindo-se ao Centro Estudantal Cearense, afirma: “o empenho tomado pelo Centro na criação de núcleos semelhantes em outros Estados é de tal sorte que já conseguiu que fossem fundados os que se seguem: Centro Estudantal Piauiense e Centro Estudantal Paraibano, no estado do Piauí; Centro Estudantal Potiguar e Centro Estudantal Mossoroense, no Estado do Rio Grande do Norte; Centro Estudantal Maranhense, no Estado do Maranhão; Centro Estudantal Capixaba, no Estado do Espírito Santo, além dos que serão brevemente fundados nos Estados do Amazonas, Pará, Paraíba, Pernambuco e outras unidades da Federação Brasileira.” Causa espécie o fato da estudiosa Justina Iva de A. Silva, no seu livro sobre o movimento estudantil no Rio Grande do Norte (“Estudantes e Política”), além de não citar uma só vez o Centro Estudantal Mossoroense, referindo-se ao Centro Estudantal Potiguar como sendo o Centro Estudantal Potiguar. À pag. 60 da citada Folha Estudantal (agosto de 1935), há uma carta/mensagem, datada de julho de 1935 e dirigida ao Centro Estudantal Cearense pelo Centro Estudantal Potiguar. Assina a carta o presente do CEP, João Elísio da Rocha.

⁴⁸ Regulamento do departamento Metropolitano do Centro Estudantal Cearense, art. 1º (Folha Estudantal, 02/55:2).

O CEC reproduz no regulamento do departamento metropolitano a norma proibitiva de seu Estatuto e sua Constituição. No entanto, como que a minimizar o fato, atribui ainda ao diretor

"Representar junto às autoridades constituídas, diretores de estabelecimentos de ensino, diretores de empresas de transporte, entidades estudantis locais, benefícios em favor dos estudantes cearenses radicados no Rio de Janeiro, independente no credo religioso, político ou filosófico, quando solicitado." (art. 10º).

Envidando esforços no sentido de difundir seus interesses em outros Estados e até mesmo na capital da República, o CEC não descurava o labor, visando ao mesmo mister, nos municípios interioranos do Ceará. Nesse sentido, exerceu papel de agente unificador dos estudantes cearenses, incentivando a criação e mantendo relações de coordenação e apoio com dezenas de entidades estudantis espalhadas em várias regiões do Estado. O procedimento adotado pelo CEC para fundação de Centros no interior era o de enviar centristas que se encarregavam de fazer contatos e realizar palestras sobre o objetivo do centrismo nas cidades onde ainda não havia entidades estudantis constituídas. Com o caminho preparado, dava-se início aos preparativos da solenidade de inauguração. Nos municípios onde já existiam entidades estudantis, os contatos direcionavam-se nos moldes do CEC, abraçando sua estrutura organizacional e objetivos. No primeiro lustro da década de 50, ampliava-se de forma considerável o número de centros estudantis no Estado.⁴⁹ Um periódico estudantil registra o fato:

"Por todo interior cearense viceja o Centrismo, ramos esperançosos da árvore produtiva – O Centro Estudantil Cearense. Para não ser enfadonho basta mostrar o exemplo de Sobral, que possui um centro que, entre outros empreendimentos de real alcance, já inicia a construção da casa do estudante..." (Folha Estudantil, 08/1995:11).

⁴⁹ Entre outros podem ser citados: Centro Estudantil Sobralense; Centro Estudantil Juazeirense; Centro Estudantil de Barbalha; União dos Estudantes do Crato; Centro Estudantil Iguatuense; Centro Estudantil Acarauense; Centro Estudantil de Quixadá; Centro Estudantil Aracatiense.

Em relação à construção da Casa do Estudante, houve uma verdadeira emulação entre as entidades estudantis de Sobral e Crato. Apostava-se sobre qual precederia sua rival na aquisição do terreno, quem lançaria a primeira pedra fundamental ou qual a edificação a ser construída de forma mais célebre. A querela ocupou largos espaços em colunas e periódicos estudantis.

Ratificando a assertiva de que os Centros do interior do Estado eram “criados à imagem e semelhança do CEC”, no início de 1955 o Centro Estudantal Juazeirense firma acordo com os empresários da Empresa Cinematográfica Juazeirense para concessão de abatimento aos estudantes nas casas diversionais daquele grupo econômico. Sobre o fato a Folha Estudantal tem o seguinte comentário:

“Como se nota, os diversos Centros Estudantis que se movimentaram em diversas cidades do nosso Estado afirmam sua coragem ao enfrentar os problemas que se relacionam com a classe, e ao resolvê-los com prudência e energia, seguindo à risca o exemplo da entidade mater.” (Folha Estudantal, 04/55:12).

A propósito e conforme já foi frisado antes, a entidade-máter, em 1931, já havia conseguido abatimento de 50% no preço das entradas dos cinemas Luz e Paroquial. Havia conseguido também idêntico abatimento, em dias alternados, nos cinemas da Empresa Ribeiro.

O CEC, então, direcionava esforços no sentido de conseguir abatimento diário e generalizado naquela rede cinematográfica. Com este intuito, enviou várias vezes emissários ao Rio, onde estava radicado Luiz Severiano Ribeiro, e foram feitos vários contatos com o gerente responsável pela cadeia de cinemas em Fortaleza. De um destes malogrados encontros, em que o gerente não teria aparecido, os estudantes convergiam à praça do Ferreira. A manifestação redundou na invasão do Majestic,⁵⁰ principal cinema de

⁵⁰ De acordo com Cândido Couto, que narrou o fato para o autor, cerca de 70 estudantes participaram da invasão. Entre outros, fizeram parte da manifestação: Américo Barreira, Juarez Aires de Alencar, José Nilton Pimentel, Edgard Carvalho e o próprio Cândido Couto. Em entrevista ao autor, Américo Barreira ratificou o acontecimento.

Fortaleza à época. Os vitrais da entrada foram quebrados. A polícia posicionou-se na praça, exigindo a saída dos estudantes. O impasse foi resolvido através da intervenção do responsável pela empresa Severiano Ribeiro. Apelando para que não danificassem o patrimônio da Empresa, o gerente garantiu o abatimento. Vitoriosos, os estudantes fizeram comício no antigo coreto existente no centro da Praça.

No início da década de 50, quando foi criada por Amadeu Barros Leal a Cinemar, empresa fundadora e responsável pelos cines Toaçu, Samburá e Jangada, surgiu novamente o impasse. Procurado pelo CEC que apelou para sua condição de ex-centrista, Amadeu Barros Leal recusou-se a conceder o abatimento. Como estava nas vésperas do Dia do Estudante, o Centro Estudantil imprimiu cinquenta mil boletins com o seguinte texto:

“A Cinemar, em homenagem ao Dia do Estudante, promove às x horas do próximo dia 11 de agosto, no cine Jangada, a exibição do filme y, com entrada franca aos estudantes alencarinos.”

Foi providenciada a distribuição nos diversos colégios da Capital. No dia e na hora aprazados, numeroso grupo de estudantes reuniu-se às portas do cine Jangada. Como este continuava com as portas cerradas, houve um início de quebra-quebra sufocado pela polícia. O fato teve repercussão e desdobramentos que culminaram com o abatimento de 50% aos estudantes nas casas exibidoras da Cinemar.⁵¹

O abatimento nos transportes coletivos constituiu-se outra conquista do CEC. Anteriormente foi relatada a história da aquisição desse direito nos bondes da Light. Em 1949, os bondes foram retirados de circulação, sendo substituídos por ônibus.

Estabeleceu-se novamente o impasse. Munidos da concessão de exploração de linhas, os empresários negavam-se a conceder meia passagem. Os estudantes passaram a pressionar, utilizando o recurso do “quebra-quebra”. Algumas empresas cederam, outras não.

⁵¹ O fato foi narrado ao autor por Aquiles Peres Mota, que era presidente do CEC na época em que o mesmo ocorreu.

A questão acabou sendo resolvida pela vias legais. O CEC tinha como representante na Câmara Municipal o vereador Edmilson Pinheiro,⁵² estudante eleito através da campanha da Casa do Estudante e do Centro Estudantal. Este edil apresentou um projeto de lei concedendo abatimento de 50% aos estudantes nos transportes coletivos. Aprovado, o projeto transformou-se na Lei Municipal n.º 134, de 13 de maio de 1950, que em seu art. 2º assegurava:

“As referidas empresas (de auto-ônibus) obrigatoriamente concederão um abatimento de 50% sobre o preço de suas passagens aos estudantes matriculados nos cursos primários, secundários, 1º e 2º ciclos, comercial e superior, benefício que ao ser prestado ficará o beneficiado, quando desuniformizado, obrigado a exibir qualquer documento de identidade escolar correspondente ao ano”. (O Povo, 19/04/61:9).

Dessa forma, Fortaleza tornou-se uma das primeiras capitais brasileiras a oferecer tal abatimento. Conseguindo o benefício, o CEC não “dormiu sobre os louros da vitória”. Ao contrário, usando seu prestígio, envidou esforços no sentido de ampliar sua influência e hegemonia sobre o universo estudantil. Assim, conseguiu

⁵² Segundo Aquiles Peres Mota em entrevista ao autor. No entanto há uma controvérsia não só sobre a autoria do projeto, como também quem seria o vereador eleito pelos estudantes. O Povo (26/05/50:3) registra que o projeto de lei concedendo abatimento aos estudantes é de autoria do vereador Mário de Assis. Já Arruda (1989:58) afirma: “Como responsável pelo CEC, Chico Arruda foi convidado para ser candidato a Deputado Estadual. Entretanto (...), preferiu reunir os centristas em uma assembléia a fim de escolher dois elementos do seu quadro social para se candidatarem. Para vereador foi escolhido o jovem Marcos Botelho (os grifos são nosso) e para deputado estadual Lorival Correia Pinho. Os aludidos centristas escolhidos se filiaram à Liga Eleitoral Católica – LEC, concorreram às eleições e foram eleitos (...). Ressalte-se que essas duas indicações tiveram consenso geral.”

Da narrativa podem ser feitas algumas ilações. Em primeiro lugar, tendo sido Marcos Botelho eleito na época de Chico Arruda, ele antecedeu em algumas legislaturas a Edmilson Pinheiro e a Mário de Assis. Os dois sim, legislaram juntos. Em segundo lugar, da narrativa depreende-se à força do CEC, a eleger vereadores e deputado. Isso sem falar nos deputados que foram eleitos quando já não eram mais estudantes, como o próprio Chico Arruda, Aquiles Peres Mota e Adahil Barreto Cavalcante, entre outros.

que fosse aprovada a Lei Municipal n.º 783, de 18 de março de 1954, que em seu art. 2º prescreve:

"Os estudantes gozarão de abatimento de acordo com o que estabelece esta Lei, estando fardados ou mediante apresentação da caderneta do Centro Estudantal Cearense, único meio de identificação para concessão deste benefício." (O Povo, 19/04/61:9).

O abatimento continuava obedecendo ao mesmo percentual, porém, para gozá-lo, o estudante teria que estar fardado e apresentar não mais qualquer documento de identidade escolar, mas a caderneta do CEC, única maneira de identificação para concessão do benefício. Quer dizer, a entidade encontrou a forma de associar compulsoriamente todos os estudantes de Fortaleza. Pode-se imaginar quão poderoso instrumento de pressão social e – de dominação e manipulação sobre os estudantes – ele se tornou. É por esse motivo que a associação chegou a ter, nesse mesmo ano, trinta mil filiados (O Povo, 22/10/54:4).

Porém, a concessão de meio passagem, mesmo outorgada em Lei, nunca foi tranqüila para os estudantes. Periodicamente, os empresários de ônibus investem contra esta conquista, fato que perdura até os nossos dias. Nas décadas de 50 e 60, foi motivo, juntamente com o aumento das passagens, de constantes conflitos entre empresários de ônibus e estudantes. Uma das formas encontradas pelos donos de empresas de ônibus para minimizar a concessão seria a venda de um número limitado de passes aos estudantes. Decorrido um lustro da concessão do abatimento, o Sr. José Maria Soares – Presidente da Associação dos Empresários de Ônibus – desenvolve campanha na imprensa defendendo esse sistema, na proporção de 60 passes para cada estudante. A Folha Estudantal denuncia o fato e afirma que, colocada em prática, a proposta

"... viria a tolher a amplitude do direito conquistado pelo CEC para os estudantes alencarinóis, através de lutas memoráveis que constituem o orgulho da velha geração e o exemplo que norteia a ação de seus líderes atuais." (Folha Estudantal, 01/55:2).

E, adiante, adverte:

"o abatimento conquistado com tantos e tão grandes esforços será defendido com o mesmo ardor das campanhas que o adquiriu."
(Folha Estudantal, 01/55:2).

No entanto, o sistema de passes seria implantado no início da década de 60.

Para Manoel Aguiar Arruda, o período iniciado pela criação do CEC, até meados da década de 50 no Ceará, talvez tenha sido a fase mais rica do movimento estudantil brasileiro. Em defesa de sua tese, assegura que o ME cearense tinha organização a única força a fazer frente à repressão policial, à temida e truculenta Polícia Especial. Segundo aquele ex-centrista, a força do CEC era tão grande que extrapolava o ME e passava a ter influência na própria vida política e social do Estado. Corroborando a afirmativa, recorda que, na eleição de 35, os estudantes fizeram um deputado estadual, o Lourival Correia Pinho.⁵³ Em consonância com Arruda, sob o prestígio do CEC, Aquiles Peres Mota assevera:

*"Fui presidente da Assembléia duas vezes; líder do governo; fui assim um deputado muito prestigiado quando deputado, mas lhe digo que eu tinha mais prestígio como Presidente do Centro do que como Presidente da Assembléia do Estado."*⁵⁴

De forma ufanística, porém tocando no mesmo diapasão, um orador oficial do CEC referiu-se assim à entidade da qual era tribuno:

"Sua força ativa lateja em todos os setores da vida social cearense, o seu perfil afronta ousadamente o prestígio das entidades congêneres do país, fazendo realçar os contornos de sua organização que desenha na face nacional o mapa do formidável império dos estudantes cearenses." (Monteiro, 01/55:8-10).

Batendo na tecla da influência do CEC na sociedade brasileira, Manoel Aguiar de Arruda lembra que a entidade era engrossada

⁵³ Segundo Cândido Couto, Lourival Correia Pinho, por não ter condições financeiras, foi hóspede da Casa do Estudante sem pagar hospedagem nem refeição. Centrista ativo, projetou-se no Centro e saiu da Casa do Estudante para ser deputado.

⁵⁴ Em entrevista ao autor.

por jovens do Piauí, do Maranhão, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de outros estados. Esses rapazes vinham estudar em Fortaleza e iam morar na Casa do Estudante. Por se constituir aquela hospedaria ponto de reunião de decisões do CEC, esses hóspedes acabavam tendo participação muito grande em todos os atos da entidade, inclusive na diretoria. Ainda segundo Manoel Arruda, o Centro Estudantil foi uma grande escola. Em suas reuniões semanais, realizadas nos domingos à tarde, debatia-se com muito ardor e com muita liberdade, os assuntos ligados ao CEC, ligados aos estudantes. Havia debates acalorados. Porém, terminada a reunião, todos estavam em paz. Não havia rugas, todos continuavam amigos. Havia a separação dos problemas coletivos dos problemas pessoais.

Em meados da década de 50, teve início a fase de decadência do CEC, em virtude de diversos fatores. Com a criação de novas faculdades, surgiram novos diretórios e os acadêmicos passaram a se dedicar mais às entidades universitárias. Este fato contribuiu para o esvaziamento do CEC, que era uma organização composta de estudantes de todos os níveis, inclusive universitários. De forma inversa, contribuiu para o fortalecimento e hegemonia da UEE, entidade representativa dos universitários cearenses. Tendo sido fundado no final de 56, a partir do ano seguinte o DCE iria também ocupar um certo espaço na política estudantil universitária. Além disso, nesse período, a UCES – União Cearense dos Estudantes Secundários – inicia uma fase de revigoramento. Porém, fatores de política interna do CEC contribuíram de forma mais intensa para o esvaziamento e descrédito da instituição. A propósito, Manoel Aguiar de Arruda, vice-presidente na gestão de Stênio Leite Linhares,⁵⁵ subsidia-nos com os seguintes dados: tendo assumido de forma intermitente a presidência do CEC, numa das vezes Stênio lhe entregou a carta-renúncia, sendo que ele não a encaminhou à diretoria. Porém, responsabilizou-se pelos destinos da entidade. Passados dois ou três meses, Stênio quis voltar à presidência. Ato contínuo, Arruda rasga o pedido de renúncia e devolve o comando. Porém, este

⁵⁵ 15/11/54 a 15/11/56.

retorno teria se dado num clima de divergências entre o grupo ligado a Arruda e o de Stênio. Segundo Arruda, sua facção queria fazer o CEC avançar em termos políticos, queria reviver a fase áurea da entidade dentro de uma representação mais democrática e mais livre. Ainda segundo Arruda, esse intento não foi concretizado porque as eleições, realizadas em seguida⁵⁶, foram muito fraudulentas. Visando à continuidade do grupo à frente do CEC, teriam fraudado expedições de carteiras estudantis e o próprio processo eleitoral. E isso com a garantia da Polícia Estudantal que já tinha se desviado um pouco de seus objetivos, já estava como que sendo uma guarda pretoriana. Considerando que as eleições se processavam com urnas em quase todos os colégios e escolas da capital; que se realizavam comícios em bairros e praças; que se faziam pixamentos e fixações de cartazes nas ruas; essas eleições inflamavam os estudantes e mexiam com a cidade, sacudiam a população. Nesse sentido, a fraude eleitoral representou o início da decadência do CEC. Essa foi a interpretação de Arruda em entrevista ao autor.

Reforçando a ocorrência de fraude nas eleições de 1956, um centrista, em artigo intitulado “Marmelada do Centro Estudantal Cearense”, escreve:

“na famosa Escola XI de Agosto, escola centrista, é claro, (...), segundo atesta o próprio diretor, estavam registrados somente sessenta alunos. Cerca de cento e vinte eleitores compareceram à marmelada na qualidade de votantes.” (Brasil, A Idéia, 19/10/56:49).⁵⁷

Mais adiante, afirma o articulista:

“... quem votasse na chapa da oposição e fosse da escola XI de Agosto teria, no dizer do próprio diretor do estabelecimento, Sr. Manoel Leandro, sua matrícula cancelada.” (Brasil, op. Cit., p. 49).

⁵⁶ Realizadas em 07/10/1956, tendo sido eleito Onélio José Porto.

⁵⁷ A Idéia era editada pelos liceistas por ocasião do aniversário do Liceu (19 de outubro). O autor do artigo citado se apresenta como ex-polícia estudantal, centrista da velha guarda e aluno do 2º ano clássico do Colégio Estadual do Ceará (Liceu).

Narrando sua experiência, assegura:

"Entre na cabine eleitoral (que não era indevassável) e, para surpresa minha, lá não vi chapa do candidato opositor, João Francisco de Vasconcelos Nogueira." (Idem, Ibidem).

Porém, de causar pasmo é a denúncia:

"Surgiram para votar eleitores com quem contava o nosso candidato. Ficava de pé, junto à cabine, o Sr. Manoel Leandro, fazendo sinais para os mesários, a indicar-lhes os eleitores do competidor fraudulentamente vencido. A estes era dado um motivo todo especial, porque os mesmos não poderiam votar. (...) Muitas vezes, desconfiado do veredicto dos alunos, o Sr. Diretor rasgava o envelope, retirando a chapa nele depositada e colocava a do Onélio." (Ibidem).

Finalizando, assevera:

"Observei votarem analfabetos com identidades do Liceu, Fenix Caixeiral, Lourenço Filho, D. Bosco, SENAI e muitos outros educandários (...), que, com a simples alegativa de que votariam em Onélio, conseguiam suas carteirinhas para o abatimento em ônibus e cinemas." (Ibidem).

Empossado Onélio, em sua gestão realiza-se em Fortaleza o X Congresso Nacional de Estudantes Secundários.⁵⁸ Nesse conclave foram discutidos, entre outros, os seguintes temas: Reforma do Ensino Secundário, Restaurantes e Casas de Estudantes; o Movimento Nacionalista e a Petrobras; Cooperativas Estudantis etc. No entanto, a Folha Estudantil, publicada logo após o Congresso (08/57), abre pouco espaço para a divulgação e discussão das conclusões do Encontro. Contendo quatorze páginas (sendo duas de um sepultamento), o centrista Marcelo Duque utiliza pouco menos de uma lauda para comentar o encontro nacional de secundaristas. A matéria principal do artigo encontra-se na primeira página, sob o título "Situação Vexatória para o Centro Estudantil Cearense". O artigo tem início com a informação da realização do Congresso em

⁵⁸ O Congresso foi levado a efeito entre 20 e 27 de julho de 1957. As sessões inaugurais, plenárias, para eleger a nova diretoria da UBES e de encerramento, realizaram-se no Instituto de Educação.

Fortaleza e que, do mesmo, haviam participado cerca de 400 delegados. Em seguida, há a queixa de que à UBES deveriam caber as despesas de hospedagem e não ao CEC, que seria apenas encarregado do serviço de recepção e alojamento dos congressistas. No entanto – prossegue o artigo – a UBES se limitou somente a dirigir os trabalhos do Congresso, ficando o Centro forçosamente responsável pelas despesas. Há solicitação de providências imediatas por parte das autoridades constituídas para que a entidade não fique ao desamparo. Em busca de verbas federais, Onélio Porto viaja para o Rio de Janeiro. Por falta de registros, não se pode afirmar se essas verbas foram ou não recebidas. Porém, o Governador Paulo Sarasate socorre a entidade com verbas estaduais (O Povo, 10/08/57:10). No entanto, o que desperta a atenção no periódico é sua matéria constitutiva, seu conteúdo. Essa edição da Folha Estudantal é uma verdadeira peça apologética. Na primeira página, disputando espaço com o artigo anteriormente citado, encontramos o “clichê” do presidente do CEC – Onélio José Porto – e do presidente em exercício, José Jubemar de Aguiar. Além disso, o periódico saúda ou registra o labor de mais 15 componentes dos diversos departamentos da entidade. Homenageia, entre outros, 7 ex-centristas ou parlamentares e culmina declarando-se (O CEC) “eternamente agradecida às autoridades, por ocasião a realização do X Congresso Nacional dos Estudantes”. Como destinatários deste “agradecimento eterno” são arrolados dez representantes do poder público. Entre tantos encômios, uma homenagem não poderia faltar: a endereçada ao “Dr. Manoel Lima Soares – Idealizador e Fundador da Tipografia do CEC”, que possibilitou as tiragens da “Folha Estudantal”, inclusive a de agosto de 57, objeto desta análise.

Anteriormente, havia sido feito um comentário sobre a evolução do formato e do conteúdo da Folha Estudantal que, de revista literária, passou a ser um tablôide informativo. Porém, Se for realizado um paralelo entre esta edição de agosto de 57 com qualquer número de anos passados, será constatada visível queda de qualidade e substância. A queda qualitativa do periódico poderia ser explicada como reflexo do paulatino esvaziamento da entidade, além de sua própria perda de substância. Nesse sentido, seria também reflexo do quadro escrito por Arruda. Como que a confirmar

esta hipótese, dois meses após a publicação do tablóide, irrompe uma crise no CEC. O vice-presidente José Jubemar Aguiar e o 1º tesoureiro Walse Pereira Barbosa renunciaram aos cargos ocupados, formulando ao mesmo tempo acusações de caráter administrativo contra membros da diretoria e do Conselho Superior da entidade. Em decorrência, em reunião do Conselho, foi deliberado o afastamento da diretoria encabeçada pelo Sr. Onélio Porto e a formação de uma comissão de inquérito. Na ocasião, foi constituída uma nova diretoria tendo como presidente José Maria Pinto da Silva Lopes (O Povo, 03/10/57:1). Quase dois meses depois, seria realizada uma reunião conjunta do Conselho Superior com o Conselho Fiscal do CEC para examinar e resolver a situação econômico-financeira da entidade (O Povo, 30/11/57:2). Dois dias depois, é divulgada uma nova crise no CEC. O Conselho Diretor estaria envolvido em anormalidades, fato que iria gerar o afastamento de alguns de seus membros. O presidente do CEC, José Maria Pinto da Silva, explicou o que ocorreu:

“... perderam o mandato os ex-estudantes Milton Façanha Abreu e Ebe Braga, por motivo de haverem abandonado os estudos, deixando automaticamente de pertencerem à classe estudantil (...). Mas eles não conformaram com a aplicação deste dispositivo estatutário, passando a cometer, em parceria com outros estudantes, uma série de irregularidades.” (O Povo, 02/12/57:6).

Numa verdadeira babel, o jornal publica, na mesma página, a seguinte “Nota Oficial”:

“O Conselho Superior do CEC, por seu vice-presidente, no exercício da direção do poder Executivo da Entidade, torna público o seguinte:

1º – Por ter cometido crimes de responsabilidade, capitulado no art. 72, foi afastado da Presidência do Conselho Superior, mediante abertura de inquérito, o centrista José Maria Pinto da Silva, bem como o Conselheiro interino Elísio Rodrigues;

2º – Corrigindo uma situação ilegal, que era a de estar o CEC dirigido por uma maioria de interinos que, mediante denúncias levianas e insubsistentes, havia afastado três conselheiro eleitos e tencionava afastar ainda outros, baseado em provas insofismáveis, reintegrou os membros injustiçados;

3º – Fortaleza, 1º/12/57.

José Raimundo Linhares Pontes, Presidente.” (O Povo, 02/12/57:6).

Intervindo no impasse, não se sabe se a pedido de uma das facções, o Secretário de Polícia, Cel. Expedito Sampaio, nomeou uma comissão para estudar o caso da entidade. A comissão concluiu que o afastamento dos conselheiros Milton Abreu e Ebe Braga foi ilegal, por não lhes ter sido assegurado o direito de ampla defesa, sendo ratificados seus mandatos. Pondera também que a reunião do Conselho realizada a 10 de dezembro (que gerou a Nota Oficial), sob a presidência do vice-presidente, teria sido legal caso houvesse mais de quatro conselheiros presentes, o que não foi o caso. Assim, fica na presidência do CEC o estudante José Maria Pinto da Silva, sendo reabilitado também o conselheiro Elísio Rodrigues Araújo (O Povo, 10/12/57:6).

No início do ano seguinte, o presidente José Maria renuncia afirmando:

"Não poder continuar no ambiente dos atuais membros do Conselho Superior e nem participar dos conchavos e tal "corrente", que diz liderar os destinos da classe estudantil, não estando satisfeito com o atual estado de coisas que vem ocorrendo nas hostes centristas." (O Povo, 14/10/58:6).

Alguns meses após estudantes percorrem as redações dos jornais liderados por Eliezer Arruda Coelho, candidato oposicionista à presidência do CEC, para protestar contra o processo adotado pelo grupo que está à frente da entidade. O regulamento do CEC determina que as eleições deveriam realizar-se no 1º Domingo de outubro, a cada dois anos. Os elementos da situação anteciparam as eleições para 1º de junho, quando o candidato Eliezer Arruda não teria completado a idade de 21 anos exigida pelo regulamento centrista. Segundo os estudantes, esse comportamento da edição estava relacionado com o propósito de "continuar não prestando contas das verbas e auxílios destinados ao CEC" (O Povo, 27/05/58:6).

Apesar da oposição continuar campanha de protesto contra a usurpação dos direitos conferidos pelo regulamento, a eleição realizou-se. Foi sufragado o candidato único (situacionista) Luís Edgar Cartaxo de Arruda.

É desnecessário um estudo mais profundo sobre as atividades do CEC nos últimos anos da década de 50, para encontrar os moti-

vos da perda de prestígio e da não-credibilidade da instituição perante os estudantes e a população. Os fatos por si sós são reveladores.

Convivendo com crises, a entidade sobreviverá até junho de 1963, quando se fundirá com a UCES (União Cearense de Estudantes Secundaristas) para formar o CESC (Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará).

Fontes de consulta

LIVROS

1. ARRUDA, Raimundo Vasconcelos. *Memórias de um menino*. Fortaleza: O Povo, 1986.
2. ———, *Itinerário de um Líder*. Fortaleza, Tipogresso, 1989.
3. GIRÃO, Raimundo & MARTINS FILHO, Antônio. *O Ceará*. Fortaleza, Ed. Fortaleza, 1939.
4. GOMES, Roberto. *Crítica da Razão Tupiniquim*. 7. ed., Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984.
5. MENDES JR., Antônio. *Movimento Estudantil no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
6. POERNER, Artur José. *O Poder Jovem: História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
7. SILVA, Justina Iva de A. *Estudantes e Política: Estudos de um Movimento (RN 1960-1969)*. São Paulo, Cortez, 1989.

ARTIGOS, ENSAIOS, REPORTAGENS, OPÚSCULOS E REVISTAS

1. BRASIL, João Henrique Gurgel. Marmelada no Centro Estudantal Cearense. *A Idéia*, nº 75, ano 27, Fortaleza, 19/10/1956.
2. CAMPOS, Eduardo. As Atividades do Centro Estudantal Cearense. *Revista do Instituto do Ceará*, V. 97, Fortaleza, 19/10/1956.
3. CAVALCANTE, Álvaro Lins. Discurso. *Cultura – Revista do Clube de Estudos Complementares*, ano III, nº 3, Fortaleza, 1983.

4. CAVALCANTE, Walter de Sá. Posição Político-Religiosa do Centro Estudantal. Folha Estudantal, Fortaleza, agosto, 1935.
5. DUQUE, Marcelo. Concretizando o X Congresso Nacional de Estudantes Secundaristas em Fortaleza. Folha Estudantal, n.º 76, agosto, 1957.
6. FÉ, José de Anchieta Moura. Biblioteca do Estudante. Folha Estudantal, Fortaleza, 17/11/1954.
7. FRANÇA, Bráulino Duque de. Bateu na Porta Errada. Gazeta de Notícias, Fortaleza, 17/05/1953.
8. LEITE, José Oswaldo. Casa do Estudante. Folha Estudantal, n.º 60, Fortaleza, 11/08/1953.
9. LINHARES, Stênio Leite. Mensagem do Presidente do Centro Estudantal Cearense aos Estudantes de Senador Pompeu. Folha Estudantal, n.º 65, Fortaleza, abril, 1955.
10. LUCAS, Inácio, A ACL tem uma honrosa história e uma grande programa realizado. Gazeta de Notícias, n.º 7987 (suplemento especial), Fortaleza, 11/08/1952.
11. MONTEIRO, J. Walfrido. Discurso por ocasião da posse dos novos poderes sociais centristas. Folha Estudantal. n.º 63, Fortaleza, jan. 1955.
12. NOGUEIRA, Jäder de Carvalho. Vida Literária. O Pão, n.º 3, Fortaleza, set., 1955.
13. NORMAS DA ESCOLA MOÇA DE CULTURA. Fortaleza, s/d. s/e.
14. REGULAMENTO DA POLÍCIA ESTUDANTAL. Fortaleza: Tipografia União, 1940.
15. SANTOS, Manoel Antônio. Verba de seiscentos mil cruzeiros do governo federal para a casa do estudante pobre do Ceará. O Independente, n.º 4, Fortaleza, agosto/1950.
16. SILVA, Jaime Oliveira e. Gazeta de Notícias n.º 7987. Suplemento Especial, Fortaleza, 11/08/1952.
17. SILVA, J. Mário Pinto de. Movimento estudantil. Folha Estudantal, n.º 65, Fortaleza, abril/1955.
18. SOUZA, Aníbal Teixeira. História Secreta da UNES: Divisionismo e Comunismo. Folha Estudantal, n.º 69, Fortaleza, agosto/1955.

PERIÓDICOS

1. Gazeta de Notícias. Fortaleza, jul.-set. 1931; 1950-1953.
2. O Povo. Fortaleza, 1928-1963

PERIÓDICOS ESTUDANTIS

1. Folha Estudantil – Órgão de Publicidade do CEC. Fortaleza, edições de agosto/1953 (n.º 60); nov./1954; jan./1955 (n.º 63); fev./55 (n.º 64); abril/1955 (n.º 65); agosto/1955 (n.º 69); agosto/1957 (n.º 76).
2. O Policial – Órgão da Polícia Estudantil. Fortaleza, n.º 6, 15/10/53.
3. Voz Estudantil – Mensário Independente. Fortaleza, Ano II, n.º 6, out./nov./1954.

ENTREVISTAS

1. Américo Barreira – 03/04/1990.
2. Ananias Josino Lobo – 13/07/1990.
3. Antônio Girão Barroso – 28/04/1990.
4. Aquiles Peres Mota – 12/01/1987 e 17/10/1989.
5. Cândido Couto – 28/12/1988.
6. José Cláudio de Oliveira – 24/04/1990.
7. José Maria Barros Pinho – 06/11/1990.
8. Manoel Lima Soares – 24/01/1989.
9. Manuel Aguiar de Arruda – 26/05/1990.
10. Wilson Gonçalves – 17/02/1989.

DEPOIMENTOS

1. Antônio Girão Barroso – dez./1988.
2. Germano Holanda – maio/1988.
3. Manoel Lima Soares – dez./1988.